

JOSÉ AUGUSTO DIAS DE CASTRO
LUCIANO BENETTI TIMM
Organizadores

ESTUDO SOBRE AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

IOB Thomson

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

E82 Estudos sobre parcerias público-privadas/ organizado por José Augusto Dias de Castro, Luciano Benetti Timm. — São Paulo: IOB Thomson, 2006.
197 p.; 23 cm.

ISBN 85-7647-572-3

1. Direito administrativo. 2. Parceria público-privada. 3- Empresa pública. 4. Empresa privada. I. Dias, José Augusto de. II. Timm, Luciano Benetti. III. Título.

CDU 346.25
CDD 341.353

SUMÁRIO

Parcerias Público-privadas: Aspectos Gerais

Carlos Bastide Horbach 23

1 PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS NA EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA	26
2 PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS NO BRASIL	33
2.1 PPP: Experiências Estaduais (MG, SP e RS)	34
2.2 PPP: Lei nº 11.079/04	38
3 PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS E OS TRADICIONAIS INSTITUTOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	41

Breves Notas Sobre a Parte Geral da Lei das Parcerias Público-Privadas

Egon Bockmann Moreira 45

INTRODUÇÃO 45

1 AINDA AS NORMAS GERAIS PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO	46
1.1 A Natureza Jurídica das Normas Gerais	46
1.2 As Normas Gerais e o Valor do Piso Contratual nas PPPs	49
1.3 A "Lei Especial" de Parceria Público-Privada	51
2 A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESTADO E A INCIDÊNCIA DA LEI Nº 11.079/04	53
2.1 Os Fundos Especiais e as PPPs	55
2.2 As Autarquias, as Fundações (Públicas e Privadas), e as PPPs	57
2.3 As Empresas Estatais e as PPPs	59
2.4 A Emenda Constitucional nº 19/98, as Licitações Envolvendo Empresas Estatais e as PPPs	63
2.5 As "Demais Entidades" e as PPPs	65
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66

Parcerias Público-Privadas - PPPs - Análise Sob Ótica do Postulado Constitucional da Subsidiariedade

Éderson Garin Porto

69

INTRODUÇÃO

69

1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS À FORMALIZAÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	70
2 DISCIPLINA DO SERVIÇO PÚBLICO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÓMICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	73
3 O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE COMO POSTULADO HERMENÊUTICO DAS PARCERIAS	78
4 DAS PFI - PRIVATE FINANCE INITIATIVE E PPP - PUBLIC PRIVATE PARTNERSHIP – ÀS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - PPP – BRASILEIRAS	81
5 AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS INSTITUÍDAS PELA LEI Nº 11.079/04	83
6 QUESTÕES CONTROVERTIDAS ACERCA DAS PPPS	85

CONCLUSÕES

87

Contratos de Parceria Público-Privada - PPP no Brasil

Claudia Elena Bonelli e Rodnei Iazzetta

89

CAPÍTULO I - DO CONTEXTO E DO OBJETO DAS PPP	89
CAPÍTULO II - DA NATUREZA DOS CONTRATOS	90
i) Concessão Patrocinada	91
i) Concessão Administrativa	96
CAPÍTULO III - DA CONCLUSÃO	98

As Parcerias Público-Privadas Federais e as Garantias a Serem Prestadas ao Parceiro Privado

Fábio de Luca

101

INTRODUÇÃO - IMPORTÂNCIA DO TEMA	101
a) Cenário Econômico e a Ineficiência Estatal	101
b) Breves Contornos das Parcerias Público-privadas	102
1 DAS GARANTIAS PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 11.079/04	104
2 DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	106

3 DA COMPOSIÇÃO DO FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	106
4 DAS GARANTIAS A SEREM PRESTADAS PELO FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS AOS PARCEIROS PRIVADOS	107
5 DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DAS GARANTIAS PRESTADAS PELO FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	109

CONCLUSÃO	110
-----------	-----

0 Princípio do Equilíbrio Econômico-Financeiro na Lei nº 11.079/04 e nos Contratos de Parceria Público-Privada

José Augusto Dias de Castro e Fernando Machado 111

INTRODUÇÃO	111
1 O PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	113
1.1 O Que é o Equilíbrio Econômico-financeiro dos Contratos Públicos?	114
1.2 Surgimento	115
1.3 Conceito	116
1.4 A Positivação do Princípio: Leis nºs 8.666/93 e 8.987/9512	119
1.5 O Princípio do Equilíbrio Econômico-financeiro Visto pelos Tribunais	121
1.6 Mutabilidade dos Contratos e Quebra do Equilíbrio Econômico-financeiro	122
1.6.1 Teoria da Álea	123
1.6.1.1 Álea ordinária	124
1.6.1.2 Álea extraordinária	125
1.7 Cláusulas regulamentares e contratuais	132
1.7.1 Mecanismos de Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-financeiro: Revisão e Reajuste	133
1.7.1.1 Cláusulas de reajuste de preços	133
1.7.1.2 Revisão contratual	136
2 O PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	138
2.1 O Princípio do Equilíbrio Econômico-financeiro na Lei nº 11.079/04	139
2.2 As Garantias Oferecidas pelo Contratante Público como Forma de Assegurar a Manutenção do Equilíbrio	142
CONCLUSÃO	147

0 Contrato de Parcerias Público-Privadas no Ambiente Contratual Brasileiro

Luciano Benetti Timrn e Tatiana Oliveira Druck 149

INTRODUÇÃO 149

1 A PPP DIANTE DOS RISCOS AO DESENVOLVIMENTO DOS NEGÓCIOS NO BRASIL 154

a) O problema da interpretação "socializadora" do contrato 155

b) O problema da "politicização" do Judiciário 161

2 A PROBLEMÁTICA DO RESPEITO AO CONTRATO E A LÓGICA DA PPP 164

a) Por uma concepção menos "atomista" do Direito 166

b) Solução interpretativa dos contratos de PPP numa perspectiva de direito e economia 168

CONCLUSÃO 171

REFERÊNCIAS 172

Alguns Obstáculos à Arbitragem nas PPPs

Rafael Bicca Machado 175

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 175

1 A ARBITRAGEM NAS LEIS N°S 9.307/96 E 11.079/04 176

2 PODER, ARBITRAGEM E PPPS 179

CONCLUSÕES: A NECESSIDADE DE CÁLCULO DO RISCO 183

O Custo das Secas no RS E a Irrigação: Uma Oportunidade para PPPs?

Aod Cunha de Moraes Júnior 185

INTRODUÇÃO 185

1 ESTIMATIVAS DE PERDAS COM AS SECAS-NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 186

1.1 Impactos Diretos da Seca no PIB Gaúcho em 2005 187

1.2 Impactos Diretos da Seca no PIB Gaúcho entre 1985-2005 188

1.3 Impactos Diretos da Seca sobre a Produtividade das

Localização: 375.078.6(81)

E82c

Código de barras: STJ00065467

Culturas de Sequeiro	190
2 IRRIGAÇÃO: UMA OPORTUNIDADE PARA PPPS?	192
2.1 As Secas: um Fenômeno Raro e Imprevisível?	192
2.2 Irrigação e Produtividade nas Lavouras de Milho e Soja	193
2.3 Irrigação e as PPPs	194
CONCLUSÕES	196